

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O LYCEU DE GOYAZ NA PRIMEIRA REPÚBLICA: provimento financeiro e políticas de gastos com o ensino secundário

Lucas Lino da Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGEDUC (em andamento)

Universidade Federal de Catalão- UFCAT- [lucaslino.27@gmail.com](mailto:lucaslino.27@gmail.com)

Fernanda Barros

Doutora em Educação- Universidade Federal de Catalão- UFCAT

[fernandabarrs32@yahoo.com.br](mailto:fernandabarrs32@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Este estudo possui como tema O Lyceu de Goyaz na Primeira República: provimento financeiro e políticas de gastos com o ensino secundário, e consiste em uma pesquisa de mestrado ainda em estágio de desenvolvimento. Seu objetivo se baseia na compreensão do Lyceu de Goyaz e do ensino secundário nele ministrado em perspectiva financeira, construindo uma análise investigativa acerca das proveniências orçamentárias que mantinham a instituição em pleno funcionamento no período supracitado. Tendo como questão central: como a vida financeira do Lyceu de Goyaz se articulava na Primeira República? Esta pesquisa parte do campo da História da Educação, e se constitui enquanto pesquisa documental. As fontes que possibilitarão alcançar o objetivo traçado se baseiam em atas, fichas de matrículas e livros de finanças, estes todos referentes ao Lyceu de Goyaz. Também serão utilizadas edições do jornal Correio de Goyaz em versões contempladas pelo recorte temporal proposto e a legislação nacional produzida no período. Como suporte teórico, far-se-á uso constante de autores como: Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Jorge Nagle, Boris Fausto, Raimundo Faoro e Victor Nunes Leal, que darão subsídio para a construção de reflexões acerca da configuração nacional em suas raízes, estruturação do ensino secundário no Brasil e as articulações político-sociais decorrentes da influência das elites locais com enfoque no estado de Goiás. A análise dos aspectos referentes ao provimento financeiro do liceu será subsidiada pelos conceitos de mandonismo, clientelismo e coronelismo, visto que estes são basilares no que tange a compreensão das elites e suas especificidades locais. Concernente aos resultados parciais, pôde-se constatar que a instituição de ensino se articulava de formas plurais, recebendo doações, fundos e investimentos de origens variadas. Dentre as doações recebidas, percebeu-se que parte considerável das mesmas provinham de sujeitos cujos nomes eram expressivos na sociedade goiana, como componentes de famílias notórias e integrantes da igreja católica. Além disso, constatou-se que a organização da instituição traçava constantes estratégias de modernização de suas estruturas físicas, por muitas vezes efetuando a venda de materiais e revertendo os recursos obtidos para a aquisição de novos.

**Palavras-chave:** Ensino Secundário. Lyceu de Goyaz. Vida financeira.

### Introdução

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Com a publicação do Ato Adicional de 1834, as províncias foram encarregadas da organização de seus ensinos de nível primário e secundário, iniciando-se um movimento de “sistematização”<sup>1</sup> educacional em todo território nacional. Este ato também pode ser entendido como uma tentativa de pseudodescentralização<sup>2</sup> destes ensinos, visto que isentou o poder central de quaisquer compromissos de subsídio financeiro para sua organização. Em Goiás, o ensino de nível secundário foi demarcado pela construção do Lyceu no ano de 1846. Esta instituição, que em momentos iniciais não soou como atrativa para a população local, posteriormente se tornou alvo de interesses, visto que atuava como local de formação de uma minoria bem definida de sujeitos “destinados” a ocupação de cargos de alta patente em Goiás e também em outras regiões.

Considerando a importância atribuída ao Lyceu de Goyaz enquanto local de formação da elite goiana, esta pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão- UFCAT, tem como objetivo compreender como se dava o seu provimento<sup>3</sup> na Primeira República. Para isto, está sendo construída uma análise investigativa situada no campo da História da Educação, acerca das proveniências orçamentárias que mantinham a instituição no recorte temporal proposto. A construção da pesquisa está sendo norteada pela seguinte questão: como se dava a manutenção financeira da instituição que instruía os jovens que teriam como destino, o ensino superior, os altos cargos públicos e ocupariam altos postos políticos?

O interesse pelo estudo do ensino secundário surgiu a partir de um convite no ano de 2017 durante a disciplina de graduação Políticas Educacionais do curso de História-Licenciatura para participação do projeto de pesquisa “*O ensino secundário brasileiro na primeira república: mapeamento a partir da documentação oficial de 1808 a 1930*”, vinculado à Unidade Acadêmica Especial de Educação da Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão. A partir do aceite do convite, foram desenvolvidos um conjunto

---

<sup>1</sup> Embora o termo “sistematização” tenha sido empregado, não se pode afirmar que o ensino secundário brasileiro foi sistematizado, visto que suas configurações se deram de forma diversa nas diferentes províncias.

<sup>2</sup> Utilizou-se o termo “pseudodescentralização” pois, embora a organização do ensino secundário tenha sido delegada ao poder provincial, as legislações responsáveis por seu norteamento possuíam como enfoque o Colégio de Pedro II.

<sup>3</sup> Não há na legislação da Primeira República o termo financiamento, portanto, optamos pelo termo provimento para nos referir a todos os custos do Lyceu.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

de debates, reflexões e produções no campo da História da Educação em Goiás, resultando em publicações em eventos científicos locais e regionais.

O recorte temporal desta pesquisa foi definido a partir da disponibilidade documental da instituição, guardadas por arquivos na Cidade de Goiás e em Goiânia. Com base em um levantamento de fontes, efetuado em instituições físicas e páginas virtuais, pôde-se perceber que a maioria se encontra entre os anos de 1890-1937, período de tensões no território brasileiro, visto que se situa em um momento de recente transição da Monarquia para a Primeira República. Contudo, a compreensão do liceu em momentos iniciais da República é inviável sem que antes seja realizado um retorno ao período imperial, visto que este abriga as transformações mais significativas da instrução secundária no país.

Com relação às fontes, estão sendo utilizados documentos extraídos do site oficial da Câmara dos Deputados, e de museus e arquivos físicos na Cidade de Goiás, antiga capital provincial, dentre eles o Museu das Bandeiras- MUBAN, e o arquivo do Lyceu de Goiás. As fontes documentais são: atas, fichas de matrículas e livros de finanças, estes todos referentes ao Lyceu de Goyaz no período da Primeira República. Também serão utilizadas leis, decretos e demais legislações<sup>4</sup> publicadas no período do Império e Primeira República e edições do jornal Correio de Goyaz. Essa busca foi feita entre os anos 2018 e 2020.

No atual estágio da investigação, está sendo efetuada a análise dos documentos selecionados, o que permitiu a identificação de alguns aspectos importantes com relação à manutenção do Lyceu de Goyaz. Observando os dados contidos na documentação, pôde-se perceber que a instituição possuía grande rigidez na organização de suas finanças, visto que em seus cadernos de registro consta, de forma detalhada, os valores referentes ao ordenado, gratificações e descontos no pagamento de servidores. Outro ponto a se destacar, se baseia no número de livros e mobiliários recebidas pela instituição através de doações, provenientes de sujeitos de renome da sociedade goiana.

---

<sup>4</sup> Constituição Política do Império do Brasil (1824); Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834; Decreto-Lei de 2 de dezembro de 1837; Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838; Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854; Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879; Decreto Nº 981, de 8 de Novembro de 1890; Constituição da República Federativa do Brasil (1891); Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901; Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911; Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915; Decreto nº 16.782 de janeiro de 1925.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O Ensino Secundário no Brasil e em Goiás

No período imperial brasileiro não se aspirava o desenvolvimento da instrução secundária, o que pode ser justificado pelo fato de não ser visto como um componente relevante daquela conjuntura social. “Em todo o Império o que se via em termos de estudos secundários era apenas um amontoado de aulas avulsas ainda funcionando à moda das aulas régias de latim, retórica, filosofia, geometria e comércio ” (BARROS 2006, p. 75).

A partir Ato Adicional de 1834, com a imposição de que todas as províncias<sup>5</sup> seriam responsáveis pela organização de sua instrução de nível primário e secundário, tanto no âmbito de construção física das instituições como nos métodos pedagógicos de aplicação, iniciou-se uma tentativa de articulação nacional de ensino, sendo marcado pela construção e transformação de liceus, atheneus e ginásios.

Considerando o panorama político brasileiro neste período, podemos considerar que as instruções contidas no Ato no que se refere à educação, refletem os constantes movimentos separatistas provinciais da época. Como discorre Vechia e Lorenz (2020), mesmo após o ato, que concedia teoricamente as províncias sua principal reivindicação, a autonomia, o que se viu foi uma dissociação da realidade política em dois blocos, o Conservador e o Liberal, os quais trariam constantes influências na estruturação das instituições educativas.

Em meio a este contexto de conflitos entre as províncias, surge a proposta de construção de uma instituição modelo, o que possibilitaria a sistematização do ensino secundário no Brasil. Como afirma Haidar (2008, p. 21), “[...] Na Corte, por Decreto de 2 de dezembro de 1837, foi o Seminário de São Joaquim transformado em estabelecimento de instrução secundária sob a denominação de Colégio de Pedro II”. O colégio fora desenvolvido com base nos ideais franceses de educação, onde seriam aderidos os estudos simultâneos e seriados, tendo duração de 6 a 8 anos, ao fim o

---

<sup>5</sup>Após a independência do Brasil, o país se compunha por 18 províncias, as quais não foram modificadas após a primeira Constituição, de 1824. O Brasil era composto pelas províncias: Grão-Pará; Mato Grosso; Goiás; Cisplatina; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Bahia; Piauí; Maranhão; Ceara; Rio Grande do Norte, Paraíba; Pernambuco; Alagoas e Sergipe.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

concluente receberia o diploma de Bacharel em Ciências e Letras. E embora a titulação trouxesse ânimos aos ingressantes do Pedro II, a longa duração do curso atuava como fator de desistência, o que fazia com que alguns alunos buscassem vias mais rápidas de seguir para o ensino superior, recorrendo a instituições com a possibilidade de cursar somente as disciplinas obrigatórias para os exames.

O Colégio Pedro II, desenvolvido com o objetivo de se tornar referência entre os estabelecimentos de ensino secundário, traz características que nos demonstram nitidamente suas propostas, fazendo uso dos estudos de Gondra (2008), o colégio em questão, situado na principal localidade do Brasil Imperial, apesar de apresentar alguns casos de alunos de recursos escassos, atendia majoritariamente um público composto por sujeitos pertencentes à elite política e econômica do país. Este ponto nos remete novamente ao ato de 1834, pois, fazendo uma relação com Romanelli (1986), podemos visualizar que o processo de legislação se dá imbuído de valores de quem o faz, ou seja, a construção do Collegio de Pedro II se dá pela necessidade de favorecer as camadas detentoras do poder.

Podemos destacar que o ensino secundário brasileiro não possuía como principal característica a produção de conhecimento, seu objetivo se baseava na preparação dos filhos da elite para os cursos superiores, em destaque aos cursos de Engenharia, Direito e Medicina.

Em território goiano, a organização do ensino secundário se deparou com um conjunto de problemas estruturais relatados em grande parte pela historiografia tradicional, sendo eles, o afastamento espacial da Província e o suposto atraso em que a mesma se encontrava. Contudo, esta visão de Goiás decadente pode ser interpretada como um processo comparativo infundado entre a realidade goiana e a europeia, retratada através dos relatos dos viajantes que perpassaram este território.

Após os viajantes europeus e governadores da Província, dentre outros, terem sedimentado a ideia de decadência para se analisar Goiás no período pós-mineratório, outros estudiosos, muitos deles historiadores, com base nos relatos legados pelos viajantes e governadores, reproduziram a referida conceitualização, dando-lhe roupagens teóricas e metodológicas atualizadas, sem escapar, no entanto, da questão básica da decadência (CHAÚ, 2001, p.67).

Embora a perspectiva consolidada da província goiana, enquanto local de decadência possua seus pontos de imprecisão e anacronismo, é inegável a situação de descaso com a qual se encontrava, quando comparada às regiões litorâneas. Como aponta

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Barros (2006), fatores relacionados à localização geográfica da capital, além de contribuir com o isolamento da região em perspectiva financeira, também atuou como empecilho para o desenvolvimento da cultura letrada no local. Dito isso, é de suma importância que a análise de seu ensino secundário seja efetuada de forma a considerar suas especificidades, sem perder de vista os modelos e influências em que se baseava.

No fim do período Imperial, o que se via sobre o ensino secundário goiano era um conjunto de exames preparatórios em que o ingresso nos cursos superiores era o considerado o principal objetivo. Com a implantação da República, uma frenética tentativa de organização do ensino secundário foi iniciada, em que contínuas reformas de Benjamin Constant a João Luiz Alves, definiram oficializações e desoficializações. Após 1890, por meio do Decreto n. 981, de novembro de 1890, o governo busca abolir exames parcelados e preparatórios (NAGLE, 1929, p. 143).

## **A construção do Lyceu de Goyaz**

A criação do Liceu em Goiás se deu pelo decreto nº 9 de 20 de junho de 1846, que postulava “Art.1. Ficção creadas na Capital d’esta Província huma Cadeira de Língua Portuguesa, outra de Rhetorica e Poética, e outras de Geografia e Historia, que serão reunidas ás de Grammatica Latina, Geometria e Philosophia Racional e Moral, com a denominação de- Licêo da Província de Goyaz (GOIÁS, 1846)”. “[...] além da cadeira de Gramática Latina, foram criadas as de Francês, Geometria, Retórica e Poética, Filosofia e História, como se vê, todas voltadas ao humanismo. Reunidas sob a direção de Padre Emigdio Joaquim Marques (BARROS, 2012, p. 42)”.

O Lyceu de Goyaz, o 17º na ordem de criação, foi criado pela Lei n. 9 de 20 de junho de 1846 e instalado em 23 de fevereiro de 1847, e durante todo o restante do século XIX, a apatia beirava a instituição que não era mais que uma reunião de aulas avulsas, ministradas primeiramente em casa nos fundos da Casa da Fazenda. Sem sede própria o Lyceu ficou refém de empréstimos de prédios públicos até o ano de 1857, quando foi transferido para casa doada pelo Dr. Corumbá (BARROS, 2012, p.41).

O ensino secundário em Goiás a partir da criação e instalação do Lyceu se deparou com uma problemática comum na grande parte das províncias, a falta de fundos para a construção física de prédios capazes de satisfazer as necessidades básicas da instituição. Cruz (2019) reafirma a “pobreza” em que a província se encontrava imersa no século XIX

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

expressada no discurso da maioria dos governantes, corrobora diretamente com o impasse para a consolidação deste ensino.

A falta de arrecadação de impostos e a escassez de recursos financeiros atingia estruturas básicas da sociedade goiana, impedindo-a de progredir. “Até os prédios e as Câmaras Municipais padeciam. Deveriam ser um símbolo de poder. [...] Este poder e (dever) de castigar era tão evidente que as Câmaras Municipais colocavam em suas próprias dependências os bandidos aprisionados [...] (CRUZ, 2019, p. 60)”

As cadeiras criadas durante todo o século XIX não foram preenchidas totalmente, uma ou outra sempre se achavam vagas, ou por falta de professores, ou por falta de alunos. A instituição foi estabelecida por legislação estadual, foram contratados professores, mas a organização interna ainda era feita com o sistema proposto por Pombal, as aulas avulsas (BARROS, 2012, p.43-44).

Considerando a escassez de alunos como um dos maiores problemas dos liceus, ateneus e demais instituições secundárias no século XIX, a equiparação ao Colégio Pedro II seria a única forma de contornar os índices de baixa frequência, entretanto, realizar este processo, considerando as exigências da legislação, se tornava uma realidade inviável, e novamente, devido à falta de recursos financeiros.

Na Província goiana a equiparação foi requerida pela Assembleia Legislativa algumas vezes, em sessões ordinárias, mas os pedidos foram negados por não cumprirem todas as exigências do regulamento, ora as instalações físicas, ora a qualificação de professores, exigida por um governo que não proporcionava nenhuma iniciativa na área de formação de professores. Porém, a legislação nacional não afetou diretamente o Lyceu de Goyaz, a equiparação não foi concedida e a Província fez duas reformas de instrução locais, a Reforma Cruz de 1882 com a resolução n. 676 de 03/08/1882 e a Reforma Silvério de 1886, Resolução Estadual n. 746 de 12/04/1886 (BARROS, 2017, p. 49).

A Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, possuía como principal objetivo a estruturação de uma diretriz educacional com abrangência direcionada a todos os níveis de ensino, sendo entre eles, o ensino secundário o mais atingido.

A reforma Benjamin Constant foi um dos fatores mais expressivos para a construção da república brasileira no quesito da instrução, sendo influenciado por filosofias positivistas, Constant baseava-se no físico, no material, ou seja, opunha-se aos ideais da metafísica e teologia. Dentre os principais aspectos de sua reforma, podem ser frisadas questões como a descentralização, mas em contraposição, a liberdade para iniciativas privadas. Mas acima de tudo, a reforma Benjamin Constant pregava por ideais básicos de laicidade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino (SILVA, 2019, p. 28).

Com a promulgação da constituição de 1891 somente um apontamento se direciona ao ensino secundário, “Art.35- Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

privativamente: 4º) prover instrução secundária no Distrito Federal (BRASIL, 1891)”, ou seja, a nova constituição, assim como a anterior, explicitou o grau de descentralização do ensino secundário na sua organização e provimento financeiro. Entretanto, no que tange a essência do ensino público, a constituição de 1891 foi responsável por impor a transição do ensino religioso largamente disseminado no país, para um ensino leigo.

Em meio a esse conjunto de legislações a reforma curricular proposta pelo Ministro do Interior do governo Campos Sales (1898-1902), Eptácio Pessoa, reforça o teor literário do currículo do ensino secundário. “Na prática, assumia que o curso secundário passava a ser um mero preparatório para ingresso nas Faculdades existentes na época (PALMA FILHO, 2010, p. 73)”.

Podemos considerar a criação do Lyceu de Goyaz como um grande avanço ao tão sonhado progresso, entretanto, houve uma série de empecilhos com relação à sua implantação, sendo a principal delas a falta de um prédio que acomodasse a instituição. “Da sua criação, em junho de 1846 até fevereiro de 1847, o Lyceu ficou sem local para ter suas aulas efetivas, até que o Sr. Joaquim Ramalho, presidente da província assinou o termo de instalação da instituição nos repartimentos inferiores da Casa da Tesouraria”. (BARROS, 2006, p. 120).

Uma série de dificuldades enfrentadas para que as aulas acontecessem neste prédio, problemas que se sanaram somente com a transferência da instituição em 7 de maio de 1857. Dentre as principais características de seu ensino, podemos enfatizar o seu caráter humanista, que “era entendido como suficiente para levar toda a sociedade a um novo patamar de desenvolvimento” (BARROS, 2017, p. 19).

## **Aspectos financeiros do Lyceu de Goyaz na Primeira República**

Após o processo de equiparação ao Colégio de Pedro II, e a possibilidade de obtenção do grau de Bacharel em Ciências e Letras, o olhar das elites locais continuou voltado para a instituição. A partir desse momento, os recursos designados ao Lyceu adquiriram origens mais diversificadas, pois, além de advir das taxas de matrícula e verbas provinciais, bem como doações de moradores da Cidade de Goyaz.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Com a instauração do regime republicado, em Goiás, criou-se certa excitação acerca da possibilidade de uma maior valorização da escola pública por parte do poder central, contudo, mesmo com a elaboração de um novo texto constitucional, este campo ainda permaneceu direcionado a classe minoritária, a elite.

Nos primeiros anos do novo regime, O Lyceu de Goyaz não sofreu transformações na sua forma e conteúdo, não deixou também de ter a organização anterior, a do Império, com o descaso à classe pobre, tanto quanto no regime monárquico. A educação não sofreu avanços na forma como era gerida no século XIX, uma vez que as reformas localizadas e pontuais foram feitas e as escolas iam seguindo o vai e vem de normas (BARROS, 2017, p. 67).

Após a equiparação ao Colégio de Pedro II, as origens dos recursos direcionados ao Lyceu de Goyaz foram diversificadas. Dentre as formas de aquisição de materiais como livros e imobiliários, o recebimento de doações ocupou papel de destaque. Considerando a escassez de verbas direcionadas ao ensino secundário mesmo após a equiparação, nomes locais de destaque passaram a desenvolver ações frequentes em prol de condições mínimas de funcionamento das instituições.

Com relação às contas e gastos do Lyceu na Primeira República, eram compostos, em sua maioria, por pagamentos de docentes, empregados administrativos e reformas. Sobre o pagamento de professores e demais colaboradores, a documentação demonstra rigidez nos cálculos financeiros, visto que faltas de expediente e licenças por doença ou quaisquer outros motivos acarretavam considerável decréscimo no ordenado mensal. Além dos descontos referentes a faltas e licenças, duas taxas fixas eram debitadas mensalmente, sendo elas: Correio Oficial e Montepio. Outras taxas também eram debitadas em momentos específicos, como 06% e 10% de addcl.

Além dos descontos fixos e variáveis, os ordenados mensais dos colaboradores do Lyceu recebiam gratificações e acréscimos, contudo, estes últimos eram menos frequentes.

## **Considerações Finais**

Considerando o atual estágio da pesquisa, os apontamentos e reflexões desenvolvidos ainda estão no início e é possível identificar uma tentativa constante de descentralização do ensino secundário. A partir de uma análise prévia da legislação

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

imperial e republicana pôde-se detectar uma hiper valorização do ensino superior em detrimento da instrução secundária, visto que através do Ato Adicional de 1834 sua organização foi atribuída às províncias e o poder central isentado de quaisquer compromissos com sua estruturação.

Ainda com relação a legislação educacional publicada no período imperial e republicano, pôde-se constatar que poucas menções são direcionadas ao ensino secundário, sendo em sua maioria generalizadas e direcionadas ao Colégio de Pedro II, o que reforça o caráter pseudodescentralizador do Ato Adicional de 1834 assim como das reformas posteriores.

Por fim, podemos afirmar que o Lyceu de Goyaz teve em sua trajetória um conjunto de tensões e enfrentamentos para sua manutenção orçamentária e essa investigação nos dará condições de identificar quais os principais problemas e suas respectivas soluções, ou ausência das mesmas.

## **Referências**

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Estudos de História da Educação de Goiás 1830-1930**. Goiânia: EDPUC, 2011.

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937**. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, p. 166, 2006.

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais 1906-1960**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p.211, 2012.

BARROS, Fernanda. **O Tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais (1906-1960)**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

**BRASIL**. Lei n. 16. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro, 12 ago. 1834.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF / UFG, 2001.

CHAU, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: EDUFG, 2001.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CRUZ, Fábio S. Santa Cruz. **Província Imensa e Distante: Goiás de 1821 a 1889.** Jundiaí-SP: Paco, 2019.

FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da (org.). **Liceus e Ateneus no Brasil nos Oitocentos: História e Memória.** Jundiaí-SP: Paco, 2019.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

Haidar, Maria de L. M. **O ensino secundário no Império brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 1972.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1929.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). In: **Caderno de formação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento.** Universidade Estadual Paulista. Pró-reitoria de Graduação. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, v.1, 2010, p.71-84, p.73. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia\\_3.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf) Acesso em 14 abr, 2021.

ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil.** 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. O Imperial Collegio de Pedro II: portal das ideias educacionais francesas para o ensino secundário brasileiro (1837-1889). In: BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **Inspirações (in) acabadas e trajetórias imperfeitas dos liceus na Euroamérica: séc. XIX-XX.** Jundiaí: Paco Editorial, 2020. Cap. 6. p.131-160.